

PROJETO SDS AMAZONAS: perspectivas e desafios para a sustentabilidade

PROJECT SDS AMAZON: prospects and challenges for sustainability

Jaiarys Capa Bataglin*

Isak Krugliankas**

RESUMO

O desenvolvimento sustentável como alternativa ao modelo hegemônico atual tem buscado minimizar os efeitos de riscos causados pela própria sociedade. O Fundo Amazônia, a exemplo disto, consiste em uma colaboração transnacional de diversos atores, que pretendem promover o uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, por meio de investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento. O projeto SDS Amazonas – gerido pelo Fundo – além das ações de prevenção, objetiva o reflorestamento de áreas devastadas e o fortalecimento da gestão ambiental no Estado do Amazonas. Assim, o presente artigo buscou analisar as interferências de atuação do Estado no Sul da Amazônia, por meio do projeto SDS Amazonas, bem como suas relações com a sustentabilidade das populações beneficiadas. Optou-se, portanto, por um estudo de natureza qualitativa, pois buscou-se avaliar a situação e gestão do referido projeto. A partir dos resultados alcançados, foi possível identificar avanços e limitações referentes ao projeto, e assim, sugerir alternativas que levem em consideração os pressupostos da sustentabilidade.

Palavras-chave: Projetos Socioambientais. Desenvolvimento Sustentável. Fundo Amazônia.

ABSTRACT

Fund, the example of this consists of a transnational collaboration of several actors who wish to promote sustainable use of forests in the Amazon Biome, through non-repayable investments in prevention, monitoring and combating deforestation. The SDS Amazonas project - managed by the

Manuscript first received/Recebido em: 14/06/2016 / Manuscript accepted/Aprovado em: 27/07/2016

* Doutoranda em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2012). Graduada em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2009) e em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2015). Co-autora do livro Negócios Internacionais e suas Aplicações no Brasil e Fundo Amazônia: cooperação internacional e gestão brasileira (FEA/USP). Áreas de pesquisa atuais: inovação social, empreendedorismo social, empreendimentos rurais familiares, sustentabilidade e gestão estratégica. E-mail: jaiarys@usp.br.

** Diretor geral da Fundação Instituto de Administração (FIA). Professor titular na Universidade de São Paulo (USP). Doutor, livre docente e mestre em administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP). Graduado em engenharia aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Professor visitante na Bentley School e Youngstown State University (EUA). Consultor de empresas em instituições nacionais e internacionais em sustentabilidade, gestão da inovação e de projetos. E-mail: ikruglia@gmail.com.

Fund - as well as prevention, aims at reforestation of devastated areas and the strengthening of environmental management in the State of Amazonas. Thus, this paper aims to analyze the state action interference in the south of the Amazon, through the SDS Amazonas project as well as its relations with the sustainability of the beneficiary populations. We decided, therefore, for a study of a qualitative nature, as we sought to assess the situation and management of this project. From the results obtained, it was possible to identify advances and limitations relating to the project, and thus suggest alternatives that take into account the conditions of sustainability.

Keywords: *environmental project; sustainable development; the Amazon Fund*

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual está inserida num contexto que detém como um dos elementos principais os riscos socioeconômicos e ambientais (GIDDENS, 1990). Nesta perspectiva, percebe-se o quão relevante é que a sociedade e políticas do estado estejam alinhadas com um desenvolvimento que seja, por sua vez, sustentável.

O desenvolvimento sustentável como alternativa ao modelo hegemônico atual pretende, neste ponto, minimizar os efeitos de riscos causados pela própria sociedade industrial (BECK 1992; BECK *et al*, 1995). A exemplo disto, pode-se mencionar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera e a crescente disparidade socioeconômica. Assim, a busca por um desenvolvimento ambientalmente correto, socialmente equitativo e economicamente viável se torna cada vez mais proeminente na agenda política e social.

Para que este modelo de desenvolvimento se faça presente na sociedade, torna-se necessário que o Estado atue como protagonista, inclusive como regulador das agendas políticas. De acordo com Sachs (2010), o instrumento para garantir o desenvolvimento sustentável é o planejamento de longo prazo estatal, o qual pode integrar diversas políticas públicas. O Fundo Amazônia consiste não apenas em uma iniciativa do Estado brasileiro, mas em uma colaboração transnacional de diversos atores que pretendem promover o uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia.

Vale ressaltar que o fundo apoia, prioritariamente, projetos que demonstrem contribuição para a redução do desmatamento, da degradação florestal e sustentabilidade da população da região ao qual se destina. De acordo com o recente relatório divulgado pelo Fundo Amazônia (2016), o número de projetos e valores aprovados nos últimos seis anos, apresentam-se de forma progressiva e exponencial, sendo mais de 80 projetos aprovados até o presente momento. Evidenciando, sem dúvida, a relevância e consolidação do mesmo em território nacional.

Devido as áreas de intenso desmatamento no Sul do Amazonas, o projeto SDS Amazonas, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), e outros atores, foi concebido com o objetivo promover ações de reflorestamento nos municípios de Boca do Acre, Apuí, Novo Aripuanã e Lábrea. Deve-se destacar que o estado do Amazonas é detentor do maior patrimônio florestal do Brasil. São 140 milhões de hectares de florestas nativas e cerca de 52% do território legalmente protegido. Tem o mais baixo índice de desmatamento da Região Amazônica (cerca de 2%), embora os municípios localizados ao sul do Estado apresentem índices elevados de desmatamento. Entre as principais causas, estão: a pressão migratória dos estados vizinhos; a carência de políticas integradas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região; a incipiente regularização fundiária e a falta de controle e de fiscalização ambiental permanente (FUNDO AMAZÔNIA, 2016).

O presente artigo teve por objetivo verificar as interferências do estado no Sul da Amazônia, por meio do projeto SDS Amazonas. Deve-se destacar que este trabalho é resultado de uma pesquisa de maior amplitude, que buscou analisar todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, no período de 2013.

Assim, o presente artigo se propôs a analisar o projeto SDS Amazonas, buscando identificar os resultados já alcançados e tendo em vista os objetivos inicialmente propostos, a partir de uma perspectiva sustentável. A pesquisa possibilitou, portanto, identificar a situação atual do projeto tanto nos objetivos inicialmente propostos como nos valores financeiros já liberados.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo desenvolvimento se fortalece no século XX, substituindo então a ideia de progresso que predominava até a década de 1930. Fato que se deu a partir do declínio da noção de que “naturalmente” as sociedades atingiriam o progresso por meio da industrialização e da aplicação da ciência e tecnologia e, conseqüentemente, da melhoria do bem estar da população. No entanto, as crises ambiental, econômica e social, reconhecidas nas décadas de 60 e 70, se contrapunham com o sentido de progresso e de desenvolvimento com base no progressivo crescimento econômico.

Essa noção progressiva que dominava a sociedade perdeu suas forças com as tais crises acima referidas, pois se passou a dar importância não mais apenas à produção sob um aspecto quantitativo, mas sim, a uma menor degradação ambiental e melhor qualidade de vida. Veiga (2005) referindo-se a este mesmo período, afirma que a noção de crescimento econômico era tida como sinônimo de desenvolvimento, pois se esperava que melhorias nas condições de vida também viessem a acontecer.

Consolidado o termo, a ideia de desenvolvimento logo passou a ser relacionada à de modernização, e ainda que, a fronteira entre a modernização e o desenvolvimento fosse pouco clara, a primeira refere-se à produção de modernidade enquanto que a outra à transformação da sociedade. De acordo com Almeida (1998) a modernização é um processo e o desenvolvimento uma política.

O modelo de desenvolvimento com ênfase nos aspectos econômicos, no contexto do sistema capitalista, vigente na maioria dos países, contribuiu fortemente para a desigualdade na vida social, maior exploração dos recursos naturais, no entanto, com grande avanço tecnológico. Por tais conseqüências provenientes deste modelo de desenvolvimento nasce uma nova noção de desenvolvimento, este por sua vez, na perspectiva sustentável.

O Relatório Brundtland publicado em 1987, referente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, deixa explícito que o desenvolvimento sustentável destina-se a garantir as necessidades das atuais e futuras gerações. Esta e outras conferências registram a entrada deste debate na esfera política, o que posteriormente, resultou em políticas públicas voltadas à questão ambiental e no direcionamento das agendas políticas para essa questão.

Para Almeida (1998), o desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em:

Potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada seja uma área rural, um município, um país ou um conjunto da biosfera. (ALMEIDA, 1998,p.21).

A partir de análises criteriosas com relação ao impacto da ação humana sobre o meio ambiente, percebe-se a importância do desenvolvimento em bases sustentáveis. Para isso faz-se necessário um equilíbrio entre os agentes sociais e os recursos utilizados por estes. Segundo Almeida (1998), este novo

modelo de desenvolvimento busca de certa forma uma integração entre os diferentes níveis da vida social, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social.

Vale ressaltar, que na década de 90, surge a denominação “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”, oriunda do Conselho da Comunidade Solidária. Emergiu, dessa forma, uma nova filosofia de desenvolvimento local com uma visão integrada e compatível entre meio ambiente, necessidades sociais e a economia, tomando em consideração o nível local e o global, o curto e o longo prazo, onde a finalidade é introduzir novas formas de comportamento na sociedade local.

Neste sentido, o desenvolvimento local é uma forma de enxergar o desenvolvimento integral de comunidades humanas por meio dos variados aspectos da formação do patrimônio humano (FRANCO, 2000). Ele ainda pode ser entendido como uma proposta de desenvolvimento promovido a partir do nível mais baixo dos centros decisórios – com base na subsidiariedade – e com a participação ativa da população na identificação das necessidades e priorização de ações, através dos atores locais.

Pensar em projetos a partir do “Triple Bottom Line” (SAVITZ, 2006), ou seja, de uma perspectiva que considere as dimensões econômicas e socioambientais, diz respeito a uma necessidade. Neste sentido, vale ressaltar as conclusões do estudo “Pioneirismo e Sustentabilidade na Amazônia”, coordenado pelo professor Jacques Marcovitch:

Se, por um lado, o desenvolvimento econômico do passado deu-se graças aos incentivos para derrubada da floresta, de agora em diante eles devem mover-se no sentido do desenvolvimento sustentável da região. Trata-se não somente da melhoria da infraestrutura e logística, como também investimentos em educação, saúde e saneamento básico para o fortalecimento da cidadania das comunidades que vivem na região. Políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo e benefícios fiscais que valorizem os produtos da floresta também fazem parte da solução (MARCOVITCH, 2009).

O Fundo Amazônia, incluindo os projetos apoiados financeiramente, desde o seu início, se propuseram a fomentar um desenvolvimento na Amazônia que levasse em consideração aspectos não apenas econômicos, mas também sociais e ambientais. Sendo, portanto, esta a perspectiva pela qual se buscou analisar a situação atual do projeto SDS Amazonas.

Na sequência, serão abordados alguns dos aspectos fundamentais da Secretaria do Estado – gestor responsável – e do projeto ao qual este artigo se propôs analisar.

3 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE E DO PROJETO SDS AMAZONAS

O livro “10 Anos de Política Pública em Desenvolvimento Sustentável” conta a trajetória de conquistas e desafios da SDS nos últimos 10 anos (2003-2013). Dentre as conquistas consideradas, vale mencionar o controle e prevenção do desmatamento, conforme descrito:

Primeiro Estado a entregar ao MMA o Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento no Amazonas (PPCD-AM), em 2009. Primeiro Projeto Estadual de Reflorestamento, plantio de 1,4 milhão de mudas em 1000 propriedades rurais e emissão de 800 títulos fundiários (2010-2013), parceria Fundo Amazônia (SDS, 2013, p.27).

De acordo com livro, a Secretaria do Estado desde a sua criação se empenhou na construção participativa de políticas públicas ambientais, em conciliação com aspectos sociais, econômicos e culturais do Amazonas. Dessa forma, sabe-se que a parceria com o Fundo Amazônia vem de encontro aos objetivos já pretendidos pela Secretaria.

A ideia e concepção do projeto, bem como, a sua atuação nos quatro municípios escolhidos (Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã), foi devido ao alto índice de desmatamento na região Sul do Amazonas (SDS Amazonas). A escolha dos municípios se deu a partir do Programa Arco Verde, do Governo Federal, que relatou 43 municípios com alto índice de desmatamento.

Segundo Cenamo (2001) esta região Sul do Amazonas é importante e estratégica para impedir o avanço do desmatamento na Amazônia, que se deve, em grande parte, à expansão das atividades agropecuárias.

Para melhor compreensão das ações pretendidas pelo Projeto SDS Amazonas é que se propôs o quadro a seguir:

Quadro 1- Ações pretendidas pelo Projeto SDS Amazonas.

Ações	Objetivo
Ação 1 (CAR)	O fortalecimento da gestão ambiental por meio da elaboração de normas técnicas para o estabelecimento e a realização do CAR (Cadastro Ambiental Rural) em 1000 propriedades rurais; e a realização do Licenciamento Ambiental da Produção Sustentável nos quatro municípios.
Ação 2 (Regularização Fundiária)	A regularização fundiária em áreas estaduais, nos municípios de Boca do Acre e Novo Aripuanã, tendo como alvo cerca de oitocentos imóveis. Essa regularização consistirá em cadastro, levantamento socioeconômico, vistoria, formalização de processo, concessão de título provisório, demarcação topográfica, georreferenciamento e concessão do título definitivo.
Ação 3 (Reflorestamento das áreas desmatadas)	A recuperação de áreas desmatadas por meio de reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização com as sociedades locais, capacitações e assistência técnica por meio de práticas de uso e manejo sustentável de recursos naturais, utilizando unidades demonstrativas em que os produtores poderão observar os métodos de implantação e os resultados dos sistemas agroflorestais (SAFs). Recuperação de 1400 hectares através de SAFs.

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme apresentado no quadro, percebe-se que os objetivos propostos pelo projeto estão concentrados em três principais ações, e estas relacionadas, essencialmente, às dimensões da sustentabilidade já discutidas neste artigo. As ações dizem respeito não apenas a marcos regulatórios, mas também, à gestão e manejo sustentável das comunidades envolvidas.

4 MÉTODO DE PESQUISA

Neste artigo, buscou-se avaliar os resultados alcançados pelo Projeto SDS Amazonas – apoiado pelo Fundo Amazônia – tendo em vista os objetivos inicialmente propostos pelo projeto e sua relação com o desenvolvimento sustentável. Assim, a pesquisa foi de natureza qualitativa. De acordo com Silva & Menezes (2000), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Dada a complexidade dos fenômenos do mundo real, entende-se por necessário e fundamental a utilização de métodos qualitativos, que permitam, assim, a coleta de dados para além das variáveis (GEPHART, 1999).

Para se compreender a realidade do projeto em maior profundidade, optou-se pela realização de entrevista semi-estruturada e aplicação de questionário, com dois dos seus principais responsáveis

– a Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Tanto a realização das entrevistas como o preenchimento dos questionários ocorreram em maio de 2013, sendo ambos realizados com os gestores responsáveis pelo projeto.

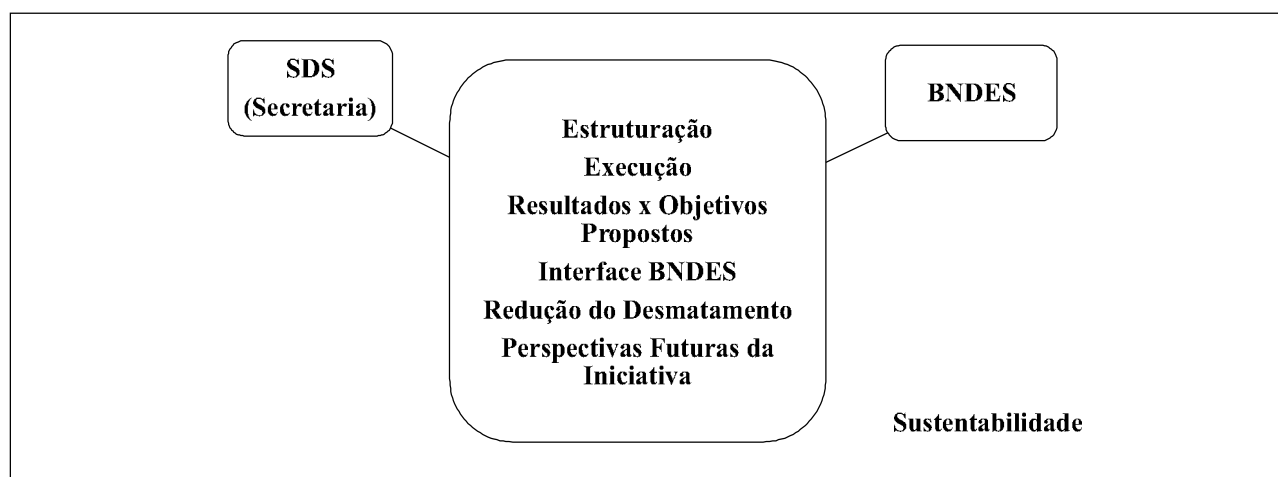
Vale ressaltar que o Projeto SDS Amazonas foi assinado em 23 de novembro de 2010, através de colaboração financeira não reembolsável na ordem de 20 milhões de reais, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto foi aprovado com duração máxima de 36 meses, porém na prestação de contas do Fundo Amazônia o mesmo ainda se encontra em andamento.

Para a coleta e análise do projeto foram estabelecidas sete categorias, pois de acordo com Eisenhardt (1989), cabe ao pesquisador já ter desenvolvido *a priori* alguns constructos possíveis para a compreensão do fenômeno estudado, tendo como pano de fundo as dimensões socioeconômica e ambiental da sustentabilidade. Para maior solidez na pesquisa, foi utilizado também, a pesquisa documental.

4.1 Categorias Analíticas

De acordo com o mencionado, a avaliação teve como base sete categorias estabelecidas *a priori*. As categorias foram utilizadas para ambas as entrevistas, conforme segue a figura.

Figura 1- Categorias Analíticas



Fonte: Elaboração Própria.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que o projeto investigado foi direcionado prioritariamente a quatro municípios localizados ao sul do estado do Amazonas e beneficiou especificamente mil produtores rurais, buscou-se inicialmente compreender a estruturação do projeto SDS Amazonas. Desta forma, questionou-se à SDS sobre quais os critérios utilizados tanto na seleção dos produtores como na definição dos municípios beneficiados. Assim, a Secretaria afirmou:

A quantidade foi definida devido à área de abrangência, considerando os acessos e principalmente o volume de áreas desmatadas. Quanto aos produtores os critérios utilizados é que sejam residentes na propriedade rural, que sua renda seja oriunda da própria propriedade, que tenha área inferior a 04 módulos fiscais e até 400 hectares (SDS).

Deve-se atentar que quando a respondente informa ter sido um dos critérios na escolha dos municípios e produtores beneficiados o “acesso”, isso se deve ao fato de que muitos dos municípios e propriedades daquela região possuem enorme restrição no acesso a recursos, devido, principalmente, às condições de infraestrutura daquela região.

Já a escolha das mudas para o plantio nas áreas desmatadas se deu, num primeiro momento, a partir da identificação das culturas de maior interesse pelos produtores da região e em parceria com a Embrapa que, por meio de pesquisa, informou seis modelos de sistemas agroflorestais que poderiam se adaptar àquela região. Assim, foi possível observar que os critérios e escolhas estruturais do projeto se basearam essencialmente na realidade local daquela região o que corrobora com promoção do desenvolvimento local sustentável.

Considerar as especificidades e iniciativas locais das comunidades, torna-se indispensável para projetos e políticas que tenham por objetivo a sustentabilidade. Como bem citado por Santos (1999, p.273) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

No que diz respeito à execução do projeto, buscou-se identificar o cronograma de atividades em relação aos objetivos e tempo de execução, conforme descrito a seguir:

Foi definido cronograma de atividades, na própria carta consulta baseada no desenvolvimento de cada ação. Considerou-se ainda, os passos operacionais tais como a contratação da equipe de ATER, seleção do produtor, a Adesão ao CAR, o preparo da área (mecanização), a produção das mudas, a aquisição dos insumos, o preparo das covas, a distribuição das mudas, o plantio e monitoramento dos SAF's (SDS).

As liberações têm um cronograma previsto desde o início do projeto, mas elas acontecem somente a partir do cronograma de execução do projeto. No BNDES a gente só libera a próxima parcela depois de comprovada a execução e aplicação de todo o recurso liberado anteriormente (BNDES).

A partir das falas é possível perceber que todas as atividades do projeto foram consideradas no cronograma inicialmente estabelecido. Segundo a Secretaria houve alguns imprevistos na execução das ações, tendo sido então necessária, algumas alterações no projeto, o que provavelmente acarretará em um impacto negativo no tempo de execução previsto. Vale ressaltar ainda, que a liberação dos recursos do BNDES se dá por meio da execução de tal cronograma, justificando assim, o atraso na liberação dos recursos.

Nesta etapa da análise, optou-se por verificar as ações do projeto de acordo com as práticas já efetivadas, ou seja, os resultados *versus* os objetivos propostos. Sendo um dos objetivos previstos para o ano de 2012 e divulgado no relatório de gestão da SDS, a recuperação dos 1400 hectares, perguntou-se à SDS sobre o resultado atual desta ação. Assim, a SDS afirmou: “esta meta foi reestabelecida para 2013, devido ao período agrícola da região, estabelecido em pareceria com os produtores selecionados”. Não obstante, deve-se mencionar que o projeto foi aprovado em 2010 e até meados de 2013 já haviam sido liberados aproximadamente 75% dos valores previstos.

Ao perguntar sobre a execução desta mesma ação ao BNDES, houve a seguinte declaração:

Com relação aos projetos de reflorestamento, já estão acontecendo alguns cursos, os produtores também já estão recebendo assistência técnica. Já foi identificada a área de cada propriedade que vai reflorestar, áreas que tenham as características necessárias. A SDS já conseguiu finalizar as licitações para produção das mudas e para o trabalho de limpeza da terra que vai ser com serviço mecanizado. Essas contratações a SDS já fez e já foi iniciada a plantação das mudas, mas as mudas só serão distribuídas de agosto a setembro, que é a época própria para o plantio (BNDES).

Essa alteração de execução no reflorestamento das mudas pode ser mais bem compreendida a partir da explicação do BNDES. Foi ressaltado que há uma logística muito complicada para a entrega das mudas e insumos, o que gira em torno de 2 ou 3 meses. De acordo com as entrevistas, as mudas já estão sendo produzidas, as áreas a serem cultivadas também já foram determinadas e os produtores já estão sendo capacitados. No entanto, ainda demandará um tempo para o cultivo efetivo das áreas. Segundo o BNDES “só deve ser concluído esse cultivo em novembro de 2013”. Não obstante, na prestação de contas do projeto (FUNDO AMAZÔNIA, 2016) consta que a produção de mudas e o trabalho de preparo das áreas para plantio ainda estão em andamento. Percebe-se claramente as limitações de gestão e administração dos recursos por parte da SDS e do BNDES, pois quando contactados em 2013, tal ação já deveria ter sido concluída. Ao que consta, o projeto está com um atraso de execução de aproximadamente 3 anos referente ao previsto, porém com 97% dos recursos financeiros já desembolsados.

Ao perguntar à SDS se as ações do projeto estavam contribuindo ou não com os objetivos do Fundo Amazônia, a mesma afirmou estar contribuindo devido à intensa participação dos produtores da região e devido ao entendimento de que a recuperação das áreas devastadas trazem mais riquezas do que o desmatamento. Para a SDS as principais limitações e desafios da região estão relacionados à logística de acesso, uma vez que a região é distante da capital.

Não houve explicações detalhadas da SDS sobre os resultados já alcançados, nem mesmo houve manifestação com relação ao que falta realizar. Deve-se ressaltar que as descrições detalhadas sobre o andamento do Projeto foram disponibilizadas pelo BNDES.

O quadro abaixo descreve as ações e resultados alcançados de acordo com os entrevistados e prestação de contas do projeto por meio do Fundo Amazônia.

Quadro 2- Avaliação das Ações.

Ações	Resultado Alcançado	Entrevistas (Depoimentos)
Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 1000 propriedades	Satisfatório Já foram cadastradas as 1000 propriedades	SDS – Com a adesão dos 1.000 produtores a procura para adesão ao CAR tem aumentado. BNDES – Nesse último acompanhamento que a gente foi agora em abril, a primeira ação (CAR) era a que estava mais avançada, já foram realizados os cadastramentos das 1000 propriedades.
Reflorestamento de 1400 hectares / 1000 projetos de manejo (SAFs)	Insatisfatório A plantação das mudas continua em aberto	SDS - <u>Esta meta foi reestabelecida para 2013</u> , devido ao período agrícola da região, estabelecido em pareceria com os produtores selecionados. BNDES - Com relação aos projetos de reflorestamento, já estão acontecendo alguns cursos, os produtores também já estão recebendo assistência técnica. Já foi identificada a área de cada propriedade que vai reflorestar. <u>Mas as mudas só serão distribuídas de agosto a setembro de 2013, que é a época própria para o plantio.</u> Esta meta continua em aberto. Até o momento foram implantados apenas 320 projetos de SAFs (FUNDO AMAZÔNIA, 2016).

continua...

continua do Quadro 2

<p>Regularização Fundiária de 800 imóveis rurais</p>	<p>Insatisfatório A atividade não divulgada</p>	<p>BNDES - Essa terceira atividade, a regularização fundiária, é um caminho bem independente dentro do projeto e com isso ela acabou ficando mais deslocada, inclusive no tempo. Eles tiveram alguns problemas para a contratação, então essa é uma atividade que ainda não foi iniciada. É a única que está com zero na execução.</p> <p>Atividade não divulgada (FUNDO AMAZÔNIA, 2016).</p>
---	--	--

Fonte: Elaboração Própria.

As ações de reflorestamento podem ser consideradas parcialmente concluídas, pois algumas das atividades foram realizadas, como: capacitação dos produtores, implantação de unidades demonstrativas, produção das mudas, delimitação das áreas a serem cultivadas, e outras relacionadas à aquisição de insumos. No entanto, tais atividades não se referem diretamente ao “plantio das mudas”, desta forma, não possuem um impacto direto na redução do desmatamento.

É válido considerar que a proposta inicial e de concepção do projeto se deu a partir do intenso desmatamento na região Sul do Amazonas. Assim, percebe-se que além de atividades que promovam a capacitação dos produtores e regularização das áreas, espera-se primordialmente, a redução da degradação ambiental por meio do reflorestamento. Ação esta, que até o presente momento não apresentou resultados concretos.

Os cursos de capacitação para os produtores rurais foram devidamente realizados e abordaram temas alinhados com a sustentabilidade e o desenvolvimento local (VEIGA, 2005), como educação ambiental voltada à agricultura familiar, coleta de sementes florestais, integração lavoura-pecuária-floresta, sistemas agroflorestais, entre outros.

A regularização fundiária de 800 propriedades até 2013 não havia sido iniciada, devido à problemas com licitações e falta de interessados na concorrência do processo licitatório. Com relação a isso o BNDES afirmou: “É a única atividade que está com zero na execução. A gente ainda não tem uma oficialização de atrasos do projeto, mas possivelmente vai ter algum impacto, um impacto no cronograma do projeto”. Porém, na prestação de contas atual, ainda não foi divulgada nenhuma ação referente a esta regularização.

Com relação ao BNDES, a SDS afirmou não ter havido dificuldades, ao contrário disso, o Banco se fez presente em todos os momentos para diálogo, a fim de dar bom desempenho no andamento do projeto. Sobre a prestação de contas, ambas as instituições afirmaram ter tido acesso às informações necessárias e de forma transparente.

O BNDES afirmou ter uma interlocução direta com a Seaga – secretaria interna da SDS – a qual exerce a coordenação executiva do Projeto com demais parceiros – Ipaam, Idam, Iteam. Na visita realizada em abril deste ano o BNDES pôde verificar os resultados a partir dos relatórios de desempenho encaminhados pela SDS.

Com relação à prestação de contas do BNDES, só é liberada uma nova parcela, se comprovado o uso adequado da parcela anterior. Ainda que haja um atraso de execução no cronograma do projeto, o BNDES não libera os recursos até que as atividades do recurso já desembolsado tenham sido finalizadas. O que gera questionamento se considerado a situação atual do projeto de 2016.

Segundo a Alessandra Bianchini – Secretária Executiva Adjunta de Gestão Ambiental da SDS em 2013 – o Governo através da SDS e em parceria com o Idam, Ipaam e Iteam propuseram o projeto de reflorestamento no Sul do Amazonas com a introdução de sistemas agroflorestais. Sobretudo, com a intenção de se propor políticas voltadas à produção de forma mais sustentável. De acordo

com a entrevistada “a proposta apresentada pelo Governo foi aprovada pelo BNDES, não havendo alterações da proposta”.

Na entrevista realizada com o BNDES, a entrevistada, do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia, afirmou:

A intenção do BNDES é garantir que os recursos estejam sendo investidos nos objetivos propostos originalmente e conferir os resultados que estão sendo alcançados. Esse histórico de como o projeto entrou, lá no início, num outro departamento, como foi a negociação e análise, eu realmente não tenho muita informação. Consigo dizer o que mudou no projeto desde a sua aprovação (BNDES).

Sabe-se que alterações na proposta submetida ao BNDES foram necessárias durante a execução do Projeto. De acordo com o Banco o projeto SDS Amazonas foi um dos primeiros projetos aprovados e financiado pelo Fundo Amazônia. Assim, a entrevistada afirmou:

Consideramos como um aprendizado para os procedimentos do Banco. É que durante a execução do Projeto tiveram algumas metas e alguns produtos que foram reavaliados (...). Isso teve muito nesse Projeto, tiveram muitas pequenas mudanças de configuração de equipamento, coisas que são pequenas, mas que acabam gerando uma sobrecarga nessa alteração. Teve esse tipo de questão ao longo do Projeto, mas não faltou informação da SDS pra gente tramitar isso no Banco (BNDES).

Segundo o BNDES foi um aprendizado para o Fundo Amazônia trabalhar com projeto do Estado, porque há uma dinâmica diferente, até mesmo por questões de licitações, atrasos, controles, cronogramas. Tais aspectos não apenas corroboram como evidenciam as limitações na execução e conclusão do projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi possível mensurar a redução do desmatamento na região Sul do Amazonas, visto que das três ações previstas no Projeto, somente uma era voltada ao reflorestamento e a mesma até o momento não foi concluída. Trata-se de um projeto complexo se pensado em todas as ações propostas inicialmente e com possibilidades reais de ampliação e de continuação das ações. A complementariedade das ações ao propor o cadastramento rural das áreas junto à regularização fundiária e ainda junto ao reflorestamento das áreas desmatadas por meio de SAFs e unidades demonstrativas, evidenciam a ação multidimensional necessária à sustentabilidade (SACHS, 1993). Tais ações têm atendido aos desafios das comunidades beneficiadas e contribuirão para a maior sustentabilidade da população.

Embora esforços tenham sido empenhados por parte da Secretaria do Estado e outros órgãos, para a ampliação e/ou continuação deste projeto, serão necessárias novas parcerias, novos atores, que não exclusivamente do setor público. Dada a complexidade e amplitude do projeto, assim como, as dificuldades e limitações do estado para a execução das ações, sugere-se o apoio de outras organizações para a execução e gestão das ações. Sugere-se ainda, uma fiscalização mais efetiva referente aos recursos liberados e ações já executadas, pois ainda não há mensuração efetiva da redução do desmatamento na região.

Novos estudos podem ser desenvolvidos nessas localidades e no que diz respeito ao Fundo Amazônia, pois trata-se de um acordo transnacional e de interesse global, além do expressivo recurso financeiro envolvido. Identificar novas parcerias para estes projetos, inclusive a privada, pode ser uma importante contribuição para a gestão deste Fundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e perspectivas do desenvolvimento rural sustentável. 2.ed.Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997b. p. 33-55.

BECK, Ulrich. **The risk society**: towards a new modernity. Londres: Sage, 1992. Prefácio, cap. 1- 2.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Reflexive modernization**: politics. Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order. London : Polity Press, 1995.

BECKER, Bertha. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: **Um projeto para a Amazônia no século 21**: desafios e contribuições. Brasília (2009). 426 p. (p. 45-78). Disponível em: http://www.cgee.org.br/publicacoes/amazonia_2009.php>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BNDES. **Análise socioambiental de projetos**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Políticas_Transversais/Política_Socioambiental/analise_ambiental.htm>. Acesso em: 18 maio 2013.

CENAMO, Mariano Colini. **Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+)**: Estudo de Oportunidades para o Sul do Amazonas/ Mariano Colini Cenamo; Gabriel Cardoso Carrero; Pedro Gandolfo Soares. V.1. Manaus, 2011.

EISENHARDT, K. Building theory from case study research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p.532–550, 1986.

FRANCO, Augusto de. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: SILVEIRA, Caio Marcio da Costa; REIS, Liliane (Orgs). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rede DLIS/RITS, p. 153-162.

FUNDO DA AMAZÔNIA. **Diretrizes e critérios para a aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2013 e 2014**. Disponível em:<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/diretrizes_criterios/Diretrizes_e_Criterios_Fundo_Amazonia_14_03_2013.pdf> Acesso em: 20 abr. 2016.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

IDESAM. **Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas**. Disponível em: < <http://www.idesam.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

IPAM. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. **Redução de emissões de carbono associadas ao desmatamento no Brasil**: O papel do Programa áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Brasília, 2008.

ITEAM. **Instituto de Terras do Amazonas**. Disponível em: < <http://www.iteam.am.gov.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MARCOVITCH, Jacques (Org.). **Pioneirismo e Sustentabilidade na Amazônia**. São Paulo: FEA/USP, 2009-2013. Disponível em:<<http://www.usp.br/mudarfuturo/cms>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 273.

SAVITZ, A.W. **The triple bottom line**. San Francisco, CA: Jossey Bass.

SDS. **Secretaria do Estado e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas**. Disponível em: < <http://www.sds.am.gov.br/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

WCED. World Comission on Enviroment and Development. **Our Common Future**. Oxford University Press, Oxford. 1987. Disponível em: < <http://upload.wikimedia.org/wikisource/en/d/d7/Our-common-future.pdf>>. Acesso em: 03 out.2012.